



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

C O N S E L H O S U P E R I O R

**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA
PARAÍBA, BIÊNIO 2024/2026- REALIZADA NO DIA 15 DE
SETEMBRO DE 2025.**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (15.09.2025), sob a Presidência da Defensora Pública-Geral Dra. Maria Madalena Abrantes Silva o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, o Subdefensor Público-Geral Institucional Ricardo José Costa Souza Barroso, o Corregedor-Geral Coriolano Dias de Sá Filho, as Conselheiras Monaliza Maelly Fernandes Montinegro, Berthezene Barros da Cunha Lima Martins, Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues, Ryveka Campos Martins Bronzeado e o Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, registrando ainda a presença da Ouvidora-Geral Inise Machado de Lima e a ausência do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Everaldo Lira, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Leitura, aprovação e assinatura da Ata da 139ª (Centésima trigésima nona) Reunião Ordinária realizada em 28.08.2025; 2 - Apreciação do Voto Vista do Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho, referente à minuta de resolução que regulamenta, no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, os conceitos

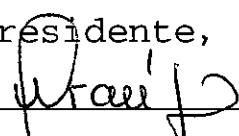
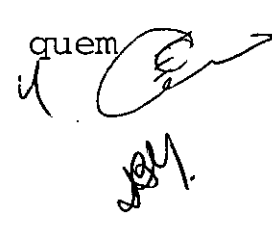
nas

de serviço extraordinário e de comarcas de difícil provimento e dá outras providências; 3 - Apreciação dos requerimentos de Remoção; 4 - Apreciação do Orçamento para o ano de 2026 da DPPB; 5 - Assuntos pertinentes a DPPB. A Presidente iniciou a sessão fazendo uma oração, em seguida passou ao 1º (primeiro) item da pauta, informando que todos receberam a Ata, previamente, perguntando se todos estavam aptos a aprovar e assinar, sendo aprovada por unanimidade de seus membros; Seguindo a pauta a Presidente passou a palavra ao Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho para fazer as devidas explicações sobre o Voto Vista referente à minuta de resolução que regulamenta, no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, os conceitos de serviço extraordinário e de comarcas de difícil provimento e dá outras providências; colocada em votação, após pequenas alterações a minuta de resolução foi aprovada por unanimidade de seus membros; em seguida a Presidente apresentou os requerimentos de **Remoção**, conforme o terceiro item da pauta, colhendo os seguinte resultado e removendo os (as) Defensores(as) Públicos (as) **Semírames Abílio Diniz** para a 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital, **Gilberto Magalhães da Silva** para a Vara Única da Comarca de Alhandra, **Alana da Silva Teles** para a Vara Única da Comarca de Caaporã, **Fernanda Apolônio Nóbrega** para a Vara Única da Comarca de Juazeirinho, **Jéssica Maria F. Moura e Silva** para a Vara Única da Comarca de Pedras de Fogo, **Rafael de Faria Beltrame** para a Vara Única da Comarca de Pocinhos, **Denis Fernandes Monte Torres** para a 1ª Vara Mista da Comarca de Queimadas e **Laura Maria Silva Cortes** para

ms

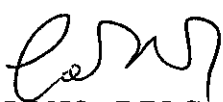
a Vara Única da Comarca de Rio Tinto, assim aprovado por unanimidade de seus membros; Em seguida a Presidente convocou a Gerente da CPOF (Financeiro) para os esclarecimentos do Orçamento para o ano de 2026 da DPPB, item 4 da pauta da reunião, a Presidente informou que o orçamento é a proposta da Assembleia Legislativa, explicando a Presidente que a proposta da Defensoria Pública foi enviada para o Governo do Estado, que perdeu o prazo, mas a Assembleia Legislativa aprovou a proposta que foi enviada, dizendo que o Governador entrou com ação contra, mas que perdeu o prazo de abrir a proposta que foi enviada eletronicamente, após esclarecimentos necessários a Presidente falou que pretende levar nos próximos dias ao Governador a proposta orçamentária, já com o projeto de Lei pronta, devendo chegar gradativamente ao teto no máximo até o ano de 2026, voltado ao Orçamento para o ano de 2026, foi colocado em votação, sendo referendado o envio desde a sexta-feira, dia 12/9/2025, que foi aprovado por unanimidade de seus membros. Assuntos pertinentes a DPPB, a Presidente informou que conseguiu juntamente com o Subdefensor Público Geral Administrativo, Sylvio Porto, o aumento do terreno que foi cedido para a construção do núcleo de atendimento na região do bairro de Mangabeira na Capital. A Conselheira Berthezene Barros da Cunha Lima Martins falou das dificuldades em tirar suas férias, falando que para o Defensor Público dividir férias não beneficia o Defensor apenas a Instituição, pedindo que esse problema no afastamento para gozo de férias seja revisto pela Administração. A Presidente falou que

uma de suas metas quando assumiu o mandato é o de deixar o Defensor Público onde desejava atuar. A Conselheira Ryveka Campos Martins Bronzeado parabenizou a todos que participaram na confecção e explicação do orçamento e falou quanto as queixas apresentadas pela Conselheira Berthezene Barros da Cunha Lima Martins. Disse que participou de outras gestões e nessas também observou as dificuldades em acomodar os Defensores Públicos tanto pelos afastamentos quanto pelas substituições. Disse que entende a insatisfação, mas que entende e reconhece a dificuldade em acomodá-los entendendo que isso deve ser analisado para solucionar o direito das partes como a questão administrativa; o Conselheiro Élon Pessoa de Carvalho falou que entende a dificuldade no afastamento para gozo de férias dos Defensores, e falou das dificuldades em fracionar suas férias, a Conselheira Monaliza Maelly Fernandes Montenegro pediu a palavra, sendo de logo atendida, parabenizou a Administração e os Defensores Públicos que participaram da confecção da proposta orçamentária, parabenizando também pelo aumento da bolsa para estagiários, falando do desempenho destes, falou também que no momento em que percebeu a dificuldade em tirar férias escalonadas procurou a CADECO, para os esclarecimentos. O Conselheiro Élon Pessoa de Carvalho sugeriu que seja encaminhada previsão de férias, para que no próximo ano o setor responsável possa se adequar. o Corregedor Geral informou que no seu entendimento a CADECO tem a responsabilidade de administrar férias, substituições, e outros, e não dificultando assim administração dos problemas

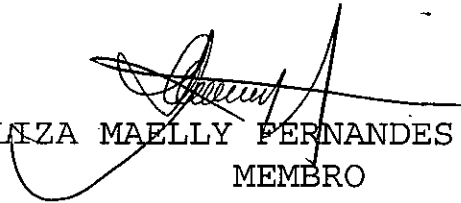
existentes; quanto as remoções o Corregedor Geral falou que entende as dificuldades na preparação dos novos Defensores Públicos, das dificuldades em prover as Comarcas que estão sem Defensor Público; a Conselheira Waldelita de Lourdes da Cunha Farias Rodrigues falou da importância na distribuição desses novos Defensores, falou também das substituições de férias. A ouvidora falou sobre o relatório de sua gestão no último ano, que é voltado para atender os necessitados; as Conselheiras parabenizam o trabalho voltado a Instituição aos carentes o qual a ouvidoria desempenha; a Presidente parabenizou os membros do Conselho Superior pela escolha da Ouvidora, pois ela desempenhou papel importante com sua sensibilidade em enxergar as dificuldades e tentar saná-las ao ouvir os hipossuficientes que procuram a Instituição. Vencida a pauta e sem mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito. 


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
PRESIDENTE


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL



CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
CORREGEDOR-GERAL



MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MEMBRO



WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
MEMBRO



ÉLSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO

RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
MEMBRO



BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
MEMBRO



INISE MACHADO DE LIMA
OUVIDORA

EVERALDO LIRA DE LIMA
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES
PÚBLICOS